

# INVENTÁRIOS E SEQÜESTROS: FONTES PARA A HISTÓRIA SOCIAL

*Beatriz Ricardina de Magalhães*

Professora do Deptº de História – FAFICH / UFMG

## RESUMO

A construção de uma história social passa obrigatoriamente pelo exame cuidadoso de fontes primárias, as mais variadas. No presente trabalho damos relevo às de caráter jurídico: os inventários "post-mortem" e os autos de seqüestro, bem como tentamos evidenciar tanto a especificidade quanto a riqueza dos dados registrados nos documentos focalizando, sobretudo, as potencialidades de análise dos elementos contábeis neles presentes.

## ABSTRACT

*The construction of a social history necessarily includes a careful examination of the varied primary sources available. Here, we shall be paying special attention to those of a judicial character: "post mortem" testaments and decrees of seizure, in an attempt to demonstrate their specificity as well as the wealth of information registered in such documents, especially the potential of analyses dealing with their accounting elements.*

## INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto lógico de que a pesquisa empírica deva proceder as elucubrações teóricas, vamos apresentar inicialmente algumas considerações em torno de uma preciosa fonte histórica para um estudo da sociedade, os inventários "post-mortem".

Há restrições quanto ao uso desse tipo de fonte, mas as vantagens as superam. Vamos, contudo, nos limitar a mencionar algumas delas. Trata-se de uma documentação seriada. Embora pouco numerosa é diversificada, não se repete. Cada inventário é único. Tem-se, pois, uma gama variadíssima da população (sobretudo das camadas médias) que vai dos artesãos aos profissionais liberais, de funcionários públicos a alguns poucos religiosos. Os relatos são minuciosos. É como se tivéssemos em mãos uma câmera indiscreta vasculhando os meandros da casa, o vestuário, o mobiliário,

o vasilhame, a despensa, o quintal, o sítio, as datas de minerar e sobretudo a mão-de-obra.

Minas Gerais conta com um estimável acervo dessa categoria de documentos. Nos últimos anos a SPHAN tem dado uma atenção especial a ele no sentido de elaborar uma séria política de organização do material sob sua guarda em órgãos tais como Casa do Pilar, em Ouro Preto, Casa da Cultura, em Mariana, Biblioteca Antônio Torres, em Diamantina e Museu de São João del Rei e do Ouro em Sabará.

Atualmente estamos<sup>1</sup> catalogando e fichando os inventários "post-mortem" do fundo cartorial do 1º Ofício do Museu do Ouro, em Sabará (séculos XVIII e XIX). Além do acervo acima referido já trabalhamos com parte dos manuscritos da Casa do Pilar, os quais somam, hoje, 3.687 processos relativos aos 1º e 2º Ofícios. Sabe-se que o fundo cartorial do Museu do Diamante (na Biblioteca Antônio Torres) vem sendo catalogado, mas ignora-se qual seja o seu volume.

Fica constatada, pois, a existência desse gênero de documentos em fase de organização. No entanto, a fragmentação do acervo, a dispersão dos arquivos, a ausência dos documentos e de sua divulgação através de instrumentos de pesquisa, de guias e de boletins informativos e mesmo de um banco de dados, constituem os principais entraves enfrentados pelo pesquisador ao eleger os inventários como fonte básica para seu trabalho histórico.

Na primeira parte desse artigo pretendemos tratar da descrição detalhada dos bens de um inventariado em 1740: **"Um afortunado trasmontano em Vila Rica de Ouro Preto"**. Em seguida, com o subtítulo: **"Alguns infortunados inconfidentes"**, tomamos como referência dados dos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*.<sup>2</sup> São dois momentos diferentes, bem como são documentos de natureza diferente, embora ambos estejam ligados à administração da justiça no período colonial em Minas Gerais.

1. O trabalho vem sendo executado por alunos do Departamento de História, FAFICH-UFMG. Ele é acompanhado pelas professoras Lucy G. Fontes e Beatriz R. de Magalhães e se desenvolve graças ao patrocínio do Conselho de Pesquisa da UFMG e da direção dos Museus da SPHAN.

2. Os manuscritos dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira encontram-se no Arquivo Nacional. Nossa leitura baseou-se na publicação da Câmara dos Deputados, Brasília, em 1982, vol. 6.

\* Esse item é parte de um texto por nós apresentado como trabalho de estágio no Curso "Problèmes e Méthodes de l'Histoire Economique" dirigido pelo Prof. Ruggiero Romano, na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Univ. de Paris VI, em 1976.

## 1. Um afortunado trasmontano em Vila Rica de Ouro Preto \*

A escolha do inventário do trasmontano João Baptista GONÇALVES (ou João Gonçalves Baptista) \*\* **"que faleceu no Morro desta Vª ... e foi sepultado na capela de São João Batista cita em o mesmo Morro deixando duas filhas por nomes Joanna e outra Quitéria"** (Fls. 1) \*\*\* em 1740, seguiu o critério da complexidade de elementos nele encontrados.<sup>3</sup>

A primeira vista, apurando os valores dos bens do inventariado, choca-se a desproporção existente entre os elementos de sua riqueza. Trata-se, evidentemente, de um mineiro-agricultor. Vamos tentar delimitar o universo em que ele gravita.

Gonçalves tinha cinco catas em sociedade com João Teixeira da Silva e Alexandre de Carvalho. O valor das catas e das ferramentas de trabalho é irrisório comparado ao valor da força de trabalho (escravos), que representa quase o triplo em relação aos outros:

\*\* O inventário de João Gonçalves Baptista, código 67, Auto 802, 1º Ofício, foi transcrito por Maria das Dores de Paula Alves, do Museu da Inconfidência, em 1975, e pertence ao acervo da Casa do Pilar, O. Preto.

\*\*\* A numeração entre parênteses corresponde à das páginas do manuscrito.

3. Partindo da descrição dos bens da partilha, usamos preferencialmente os valores registrados no Monte-mor.

## CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E RESPECTIVOS VALORES

OBJETOS PRECIOSOS				OUTROS BENS		
Ouro	Prata	Outros	Vest. e tecidos	Móveis	Gado	Utens.
12\$250	128\$525	28\$500	252\$824	44\$625	143\$950	228\$130

  

OUTROS BENS			
Escravos	Bens de raiz	Dívidas	Créditos
9:985\$000	3:764\$906	7:604\$184	2:274\$835

Tal força de trabalho, o fundamento de sua riqueza, suscita certa curiosidade. Há 59 escravos, excluindo dois: um fugitivo e uma escrava morta enquanto se processa o inventário. Ambas são perdas insignificantes.

Os escravos são originários, em sua maioria, da Costa de Mina e do Cabo. A faixa etária predominante vai de 30 a 40 anos. Segue-se imediatamente a do grupo de 20 a 30 anos. Os preços variam entre 280\$000 e 20\$000.<sup>4</sup> Ao que parece, o critério para se estabelecer o valor da peça nem sempre foi a idade. Há uma sensível predominância masculina: 47 homens para 12 mulheres.

A descrição é simples e direta: **"Antônio Gago de Nação Mina de idade que mostrou ser de trinta e seis anos vistos e avaliados pelos ditos louvados em cento e oitenta mil réis"** (Fls. 10). **"Maria crioula que mostrou ter idade de vinte e três anos vista e avaliada pelos ditos louvados com sua cria de peito por nome Simão em duzentos e vinte mil réis"** (Fls. 10v.). O mais caro escravo é Andreza, crioula, com 19 anos. De um modo geral as mulheres, como as vacas e as cabras, eram avaliadas com suas crias. Isso, entretanto, não impede que as crianças tenham seu preço isoladamente: **"Joanna, crioula, onze anos, avaliada em cento e trinta mil réis"** (Fls. 10v.).

Tudo indica que as lavras de Gonçalves não eram muito produtivas, tendo despesas excessivamente elevadas e baixos rendimentos. Na prestação de contas de um de seus sócios, Alexandre Pereira de Carvalho (Fls. 91), vê-se a relação das despesas desde 1737. O produto mais consumido era o milho, seguido do feijão. Ao contrário do que sempre se observa, o custo do ferro não nos parece exagerado. Lê-se, na relação das despesas, referências, não só à captação, como também ao custo das bateias, do feito das telhas para as senzalas, do bronze para rodas dos barris de azeite de mamona, das bruacas de sal etc.

Que significava a propriedade imobiliária no contexto da civilização mineira?

Numa indicação rápida, são relatadas as propriedades de Gonçalves, o que nos impede de melhor situar o espaço onde ela circulou. No local da mineração, as casas, incluindo o moinho,

4. O preço médio do escravo neste inventário é de 169\$237 (cento e sessenta e nove mil, duzentos e trinta e sete réis).

pertenciam à sociedade com Antônio Francisco França e Alexandre Pereira de Carvalho, sendo este último também sócio das lavras (Fls. 136v.). Enquanto as casas onde vivia valiam apenas 200\$000 o sítio no arraial de São Bartolomeu <sup>5</sup> **“na paragem chamada Santa Quitéria”**, sem descrição mais minuciosa, só valia 150\$000. Por outro lado o custo da captação de água, 1:800\$000, da qual ele devia ser o único proprietário, é bastante elevado.

5. O arraial de S. Bartolomeu, hoje distrito de Ouro Preto, fica a 15 km da sede do município. Há na biblioteca da SPHAN, em Belo Horizonte, um primoroso estudo de recuperação dessa localidade intitulado “Projeto de levantamento histórico e folclórico do arraial de S. Bartolomeu”, elaborado pela equipe dirigida pelo Prof. Ivo Porto Menezes, durante o 7º Festival de Inverno.

Aliado ao baixo valor de suas propriedades, houve problemas na avaliação, como se vê: **“e o mais que avaliaram tudo em um preço, e este foi tão exorbitante que é impossível haver pessoas que queiram rematar, de sorte que se cubra a primeira avaliação. E como agora se oferece ocasião de vender uma cata e evitar uma demanda que a respeito dela se punha em termos, e quando não fosse por esta razão sempre se faz preciso nova avaliação, tanto para se moderar o exorbitante preço em que as ditas catas e rego d’água e tanques estão na primeira avaliação, avaliadas, como para se avaliarem as ditas catas cada uma separadamente, e assim também a parte que o dito defunto tinha no rego d’água e tanques em que era sócio . . . o que parece justo para que na partilha se bote a cada quinhão o que por boa razão lhe tocar e por todos os princípios se faz preciso nova avaliação”** (Fls. 80). Infelizmente não nos foi possível saber o preço **“tão exorbitante”** da primeira avaliação. Os testamenteiros sugerem a venda de uma das cinco catas para **“evitar uma demanda”**, prática hoje inusitada, que levaria por si só uma reavaliação. Mas o que nos intriga é **“se avaliarem as ditas catas cada uma separadamente”**. Seria apenas em função da partilha, a fim de que **“se bote a cada quinhão o que por boa razão lhe tocar”**?

À primeira vista, parece-nos que, sendo desmembrada a sua propriedade, cessa a continuidade do trabalho por parte de seus herdeiros. Pois a esse propósito vê-se na partilha: **“Pagamento aos credores e mais despesas”**.

**“Primeiramente lhe deram em pagamento as duas partes do serviço das Congonhas no preço de sua avaliação: 900\$000”** (Fls. 139v.).

**“Deram-lhe mais nos dois primeiros pagamentos da água rematada a fls. 102, 800\$000”** (Fls. 144).

**“A cata junto da Capela da Senhora da Piedade – 100\$000”** (F. s. 144).

**“A cata cita atrás das casas de Domingos Gonçalves e em que é sócio o Cap.-Mor Bento Gomes da Silva – 200\$000.”**

**“A mineração da água que é sócio o Capitão-Mor – 300\$000”** (Fls. 144v). E mais utensílios de trabalho: almocrafes, alavancas, cavadeiras, enxadas, correntes de ferro e, coisa inteiramente insólita, **“um par de meias de seda cor de café”**.

A propriedade é coletiva, suas herdeiras são as duas filhas e os credores são seus sócios. Parece-nos justo, entretanto, que a estes caiba não só o maior quinhão de sua propriedade como também os instrumentos de trabalho em recebimento das dívidas. Ficava, assim, assegurada a continuidade da empresa.

Vê-se, contudo, que no quinhão das herdeiras a composição se faz da seguinte maneira:

para Joanna:

**"Duas catas de Pedra Branca avalladas em cento e noventa mil réis, sessenta e três mil e duzentos e trinta e três réis e um terço do real 63\$333 1/3" (Fls. 146).**

**"Duzentos mil réis em que se acham avalladas as casas do testador 100\$000" (Fls. 148v).**

para Quitéria:

**"Duzentos mil réis das casas em que moram o testador 100\$000"**

**"Cento e noventa mil réis das duas catas de Pedra Branca" 63\$333 1/3. (Fls. 152)**

Enquanto a Terça vai receber:

**"Primeiramente lhe deram e é dita Doutor Juiz dos Órfãos e partidores em pagamento o resto da água que vem da serra que se acha arrematada a folhas 102 1:000\$000"**

**"As catas da Pedra Branca que se acham avaliadas em cento e noventa mil réis . . . 63\$333 1/3"**

**"A roça cita na freguesia de S. Bartolomeu 150\$000" (Fls. 153v)**

Interessa-nos menos o valor das catas do que o sistema jurídico da transmissão da propriedade vigente na época.<sup>6</sup> A atividade mineira fica resguardada. Seus bens (de trabalho) são vendidos entre os sócios e suas herdeiras. Se Gonçalves tinha, em sociedade, 5 catas – uma vendida às pressas –, restaram 4 para a partilha. Ora, as 2 catas de Pedra Branca foram retalhadas, distribuídas entre três pessoas. Isto significa que suas propriedades (a maior parcela) passam às mãos de terceiros, assim como todos os benefícios e ferramentas nelas existentes. Fica a salvo a produção mineira.

As herdeiras são despossuídas até da maioria dos escravos, cuja distribuição na partilha é de 13 para Joanna e de 14 para Quitéria.

Um outro detalhe nos intriga: é o relativo à determinação dos Louvados (Fls. 113 – p. 18) do dia 25 de novembro de 1740, quanto ao sítio em São Bartolomeu. José Martins de Carvalho e Francisco Alves Filgueiras **"declaram ao Doutor Juiz dos Órfãos que de baixo do juramento que fizeram viram e examinaram a roça de que se trata . . . da qual tinham pleno conhecimento e por serem vizinhos da mesma roça, há muitos anos, uniformemente avaliaram por sua comum e geral estimação em cento e cinquenta mil réis (150\$000) fiada por um ano por serem as terras já cansadas"**.

Os avaliadores são antigos vizinhos da roça. Sua credibilidade parece absoluta e eles **"uniformemente avaliaram"**. Não há uma autoridade competente, nem provas são exigidas, ao que parece. Não há menção do cultivo, fala-se apenas das **"terras já cansadas"**, o que desvaloriza a propriedade . . .

Mas, em se tratando de um sítio, que importância lhe atribuir numa economia mineira?

Gonçalves era um mineiro que cuidava de se auto-àbastecer. Criado ou não no sítio de São Bartolomeu, seu pequeno rebanho

6. Ver "Instruções para o Governo da Capitania de M. Gerais" de José João Teixeira Coelho – 178 – in: *Revista do Arquivo Público Mineiro* VIII (1903): 508-510.

pesa de certa forma no inventário. A descrição do referido rebanho é por demais pitoresca para a deixarmos de lado:

**"Hua vaca de leite de cifre torto com bezerro vista e avalia-  
da pelos ditos louvados em nove oitavas". (Fls. 8)**

**"Outra dita . . . com malhas . . . (linhas ilegíveis).**

**"Hua dita com rabo cortado com seu bezerro . . .**

**"Dois bezerros sem mais quatro mil e quinhentos". (Fls. 8)**

Enfim, ao que tudo indica, havia 6 vacas, 5 bezerros, 8 cabras e **"Um cavalo castanho rematado a fls. 59, cinquenta e um mil setecentos e cinquenta réis"** (p. 23). Há, no entanto, referência a um outro cavalo murzelo (p. 8), que depois não é mencionado na partilha.

Em vão buscamos referências à mula e ao porco, nenhum sinal. Esses dois animais foram estreitamente ligados à civilização do ouro, seja para o transporte, seja para a alimentação. Por outro lado a existência de apenas um cavalo, cujo preço revela bem sua importância (mais de um terço do valor do pequeno rebanho) talvez nos mostre os limites das atividades – ou do espaço percorrido pelo seu proprietário.

Deixando o mundo do trabalho de Gonçalves, voltemos para sua existência cotidiana. Percebem-se, como é comum em todos os relatos coevos, hábitos bastante modestos.

Vamos tomar como ponto de partida sua casa (ou casas) localizada no **"Morro desta Vila"**. Não há outra descrição senão a do mobiliário. Três catres, um grande e dois pequenos de menor valor, um baú, **"uma mesa lisa sem gaveta, mil e quinhentos réis"** . . . **"uma dita com gaveta e chave, dois mil seiscentos e vinte e cinco réis"** (Fls. 130). Falta especificação da madeira e do estilo; a preocupação com as gavetas é notória.

Não encontramos mencionadas as cadeiras. Há apenas três bancos de encosto, que supomos serem compridos, à semelhança dos encontrados atualmente no interior de Minas. A desproporção entre mesas e bancos é estranha . . . E à guisa de guarda-louça, existe uma frasqueira.

Ao lado desse mobiliário de pobreza franciscana, no espólio de Gonçalves encontra-se alguma louça da Índia. O estanho predominava (18 pratos) em seus utensílios domésticos. Havia tachos de cobre (de grande valor), almofarizes, bacias, chocolateiras, tigelas, balanças, panelas, colchões, etc.

A semelhança dos inventários dos paulistas do século XVII<sup>7</sup>, encontra-se muita prata à mesa. Aqui o inventário revela:

**"as dezoito colheres de prata importa em vinte e nove mil e oitocentos e vinte réis"**

**"dezessete garfos da mesma, vinte e dois mil cento e quarenta réis"**

**"três colheres de chapa de prata, dois mil seiscentos e quarenta réis"**

**"quatro garfos de prata antigos, três mil e sessenta réis"**

**"três facas de cabo de prata, dezoito mil réis"**. (Fls. 128v)

A desproporção entre colheres e garfos em relação às facas não causa estranheza. Muito pelo contrário, revela até certo refinamento de hábitos de seu possuidor. Até meados do século XIX, raramente se utilizavam as facas no interior do Brasil.

A existência, entre outras, de uma toalha de mesa com doze guardanapos, é mais um elemento a confirmar a categoria do inventariado.

7. MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. S. Paulo, Livreria Martins Editora S.A., 1955, p. 80.

Sua indumentária é menos simples que os adornos de sua casa. Pode-se mesmo falar em requinte:

**"A casaca e calças de lemiste e . . . preta rematada a folhas quarenta e quatro, dezoito mil trezentos e setenta e cinco réis. 18\$375".**

**"Uma casaca e calção de pano e vestia de veludo rematado tudo a folha sententa e sete verso por vinte e cinco mil e quinhentos réis 25\$500".** (Fls. 133)

Não só o custo de sua vestimenta como a qualidade dos tecidos e os apetrechos que lhe são acrescentados fazem do inventariante um homem preocupado com sua aparência pessoal. Possuía 4 perucas, 12 pares de meia, 7 lenços, 2 chapéus, 1 guarda-sol, capotes, camisas, vestes, etc. Não vimos, porém, referência a sapatos e luvas.

Seu traje era completado com uma variada coleção de armas. Citemos algumas:

**"Uma espingarda com braçadeira de prata e seu guarda mão do mesmo vista e avaliada pelos ditos louvados em seis oitavas de ouro".** (Fls. 2v)

**"Um bacamarte com braçadeiras de latão com bastante uso visto e avaliado pelos ditos louvados em quatro oitavas".** (Fls. 2v) Aparecem ainda, no espólio de Gonçalves, 9 espadas e um par de pistolas.

Indaga-se, depois dessa relação exaustiva de bens de um mineiro em período de pleno esplendor do ouro, por que só se encontra **"Uma corrente de ouro com sua verônica do mesmo que pesou oito oitavas e três quartos vista e avaliada a catorze tostões a oitava que ao todo emporta doze mil e duzentos e cinquenta réis"** (p. 4) entre 18 colares de prata cujo valor era de 29\$820?

E, para finalizar, necessário se faz referir-se ao estado das finanças do inventariado. O volume das dívidas a pagar atingia 7:604\$184, três vezes superior ao que devia receber 2:274\$835 (Fls. 137v). Quem eram os devedores e os credores de Gonçalves?

Pode-se dizer, entretanto, que João Gonçalves Baptista acumulou uma fortuna que, para a época, devia ser incomum. Deduzidas as dívidas e outras despesas, **"fica líquido para a partilha 9:017\$351, e que esta quantia repartida em três partes iguais faça a cada uma 3:005\$783 e dois terços do real"**. (FLS. 139V)

Em suma, o inventário supra-mencionado nos oferece uma gama imensa de problemas. Como funcionava essa propriedade coletiva de catas e de serviços? Por que minimizavam o imóvel? Qual a situação do inventariante diante do fisco? Uma só vez vimos mencionado o imposto de captação (p. 16). Como se alimentavam? Os maiores gastos com milho e feijão destinavam-se respectivamente à alimentação do gado e dos escravos? Os produtos importados são especialmente os tecidos (guimarães, breitanhas, etc). A pobreza interna da casa, contrastando com a riqueza da indumentária pessoal, é um traço peculiar a essa sociedade? Ou constituiu um hábito enraizado entre os portugueses da época, amantes do consumo conspícuo, o que motivou a promulgação de várias pragmáticas nos séculos XVII e XVIII? <sup>8</sup>

8. Ver AZEVEDO, J. Lúcio. *Épocas de Portugal Económico*. 3ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1973, p. 405 a 427.

## 2. Alguns Infortunados Inconfidentes

Aproximadamente cinquenta anos são passados após o espólio do afortunado trasmontano. Em 1789 iniciaram-se os processos contra os réus da Inconfidência, dos quais temos notícia pelos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira.<sup>9</sup> É a justiça penal em plena atividade, funcionando com objetivos políticos de dominação. Dentre os vários sentenciados vamos nos ater apenas a alguns deles, aos três religiosos: Padre José da Silva Rolim, Cônego Luís Vieira da Silva e Padre Carlos Correa de Toledo e Melo. Essa escolha se justifica por eles habitarem outras localidades que não Vila Rica, dando mostras da extensão do movimento; por serem sacerdotes seculares que se imiscuíam nas questões políticas; e por exercerem atividades diversificadas, além do cuidado com seus rebanhos.

Não se pode trabalhar os bens dos autos de seqüestro da mesma forma como se trabalha com os inventários. São categorias diferentes. Além do processo ser descontínuo, há interrupções para arrematações e leilões (de escravos, de animais, etc), há bens devolvidos aos réus e, sobretudo, há destinações diferentes dos bens.

Apesar da publicação dos Autos de Devassa nos possibilitar o acompanhamento dos processos, afigura-se-nos a necessidade de uma releitura dos manuscritos<sup>10</sup> em alguns aspectos. Há falhas e mesmo omissões dos escrivães, em virtude do que permanecem muitas dúvidas para nós.

Inicialmente vamos examinar a Tabela abaixo 11:

(Ver Tabela 1, p. 39)

Neste Resumo estão listados 11 inconfidentes cujos bens registrados apresentam valores nem sempre coincidentes<sup>12</sup> com os encontrados em nossos cálculos, à exceção de um dado referente ao Pe. Rolim (na 8ª linha) cuja soma é de 4:895\$306, eliminando-se o valor da linha 7. Com relação ao Cônego Luís Vieira, o total é de 889\$500; e quanto ao Pe. Toledo, o total encontrado foi de 9:554\$115. Mesmo considerando as observações do Desembargador José Caetano César Manitti que explicam o Resumo acima, dizendo que os dados não são definitivos porque existem bens **“que ainda estão por satisfazer, assim como podem acrescentar outros que se hajam ainda de seqüestrar e avaliar”**, nossos cálculos foram feitos sobre as avaliações que precederam o Resumo...

Tem-se, pois, dificuldade no estabelecimento da soma final dos bens, o que seria o Monte-mor apresentado no modelo anterior, apesar do que as discrepâncias quanto à soma final são frequentes nos dois tipos de fontes.

Embora fosse expressiva a participação do clero na Conjuração, apenas 5 foram sentenciados. Vamos nos referir aos três mais significativos.

9. Vide Nota 2.

10. Os manuscritos dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira encontram-se no Arquivo Nacional, na Divisão de Documentação Manuscrita, Rio de Janeiro, Códice 5 (11 vs.)

11. Autos de Devassa, op. cit. p. 360.

12. Para chegarmos a esses valores elaboramos um mapa, à semelhança do que foi feito para o Inventário de 1740, onde os bens foram assim classificados: Ouro, Prata, Outros (Moedas, Jóias), Vestuário, Tecidos, Mobiliário, Utensílios, Gado, Escravos, Bens de raiz, Créditos, Débitos, Outros.

## TABELA 1

**RESUMO GERAL DO ESTADO EM QUE SE ACHAM OS SEQÜESTROS  
FEITOS NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS  
- 1789 / 1791 -**

	SEQÜESTROS	ACRESCIMO EM PRAÇA	TOTAL	ARREMATADOS	EXISTÊNCIA BENS EM SER.	DESPESAS PAGAS	NO COFRE E EM DEPÓSITO
Desembargador Tomás Antônio Gonzaga	845\$900	1\$087	846\$987	338\$400	507\$500	16\$770	322\$717
Francisco de Paula F. de Andrada	480\$300	3\$000	483\$300	436\$500	43\$800	7\$460	432\$040
Joaquim José da Silva Xavier	797\$979	5\$247	803\$226	376\$107	421\$872	43\$120	338\$234
Francisco Antônio de Oliveira	29\$100	2\$250	31\$350	9\$000	20\$100	3\$555	7\$693
Cláudio Manuel da Costa	9:154\$540	13\$098	9:167\$638	402\$467	8:483\$461	53\$790	630\$387
Domingos de Abreu Vieira	5:013\$120	1\$385	5:014\$505	96\$850	4:450\$338	14\$450	549\$717
Padre José da S. de Oliveira Rolim	558\$818		558\$818		409\$908	3\$845	145\$065
Drº no Tejuco. Certidão nº 1	4:895\$306		4:895\$306		4:895\$306		
Padre Lufs Vieira	900\$320		900\$320		900\$320		
Inácio José de Alvarenga	42:063\$155		42:063\$155		42:063\$155		636\$793
Padre Carlos Corrêa	7:679\$815		7:679\$815	80\$200	7:599\$615		36\$153
Luiz Vaz	1:103\$600		1:103\$600		1:103\$600	46\$042	
<b>SOMA TOTAL</b>	<b>73:521\$953</b>	<b>26\$067</b>	<b>73:548\$020</b>	<b>1:739\$524</b>	<b>70:898\$975</b>	<b>189\$032</b>	<b>3:096\$800</b>

## Bens do Cônego Luís Vieira da Silva

Prata	Vestuário	Mobiliário	Utensílios	Livros	TOTAL
40\$400	63\$950	57\$275	56\$375	671\$500	889\$500

## Bens do Padre Carlos Correa de Toledo e Melo

Prata	Vestuário	Mobiliário	Gado	Utensílios
3\$100	6\$600	433\$900	146\$000	137\$265
	Escravos	Livros	Bens de raiz	TOTAL
	1:860\$000	103\$750	6:863\$500	9:554\$115

## Bens do Padre José da Silva Rolim

Bens móveis e de raiz:	1:959\$950
Créditos:	2:355\$356
	580\$000
TOTAL:	4:895\$306

As fortunas divergem bastante. Sem dúvida a figura do Cônego se distingue por ser um intelectual de grande cultura, haja visto que 75% de seus bens estavam constituídos por livros. Havia 236 títulos e 560 volumes em sua biblioteca.<sup>13</sup> Já a biblioteca do Pe. Toledo contava com 36 obras e 64 volumes, o que representava um pouco mais de 1% de sua fortuna. Sem dúvida há divergência também quanto à qualidade das obras. O universo do professor de Filosofia do Seminário de Mariana era mais amplo.<sup>14</sup> Além de inúmeras obras de referência, havia exemplares dos mais variados gêneros do conhecimento. Predominavam as obras em latim e em francês. Havia livros em inglês, italiano, espanhol, etc. Evidentemente encontravam-se também os de teologia. É nesse ponto que as duas bibliotecas se aproximam. Das 36 obras do Pe. Toledo 31 tratavam de assuntos religiosos.

Pe. Toledo além de vigário tinha outras atividades: era fazendeiro e minerador. Tinha 28 escravos. Apenas sua casa na Vila de São José d'El Rei foi avaliada em 3:600\$000 "**com as cavalariças e demais oficinas**".

Destaca-se também seu rico mobiliário com raros elementos de decoração (molduras douradas, um retrato de D. José, um relógio de parede, um espelho, etc.)

13. Ops, cit. v. 6, p. 307 a 321. Esses dados foram obtidos após o fichamento de cada obra.

14. Ver a magnífica obra de Eduardo FRIEIRO, *O diabo na Ilhaveria do Cônego*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1957.

15. DIAS, Hércia. "O mobiliário dos inconfidentes". In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 3 (1939): 163-172

16. CUNHA MATOS, Raimundo José. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1979, 2 vols.

17. Ver Joaquim FELÍCIO DOS SANTOS, *Memória do Distrito Diamantino*, 4ª ed., Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; S. Paulo, Ed. da USP, 1976, p. 166. Interessante é notar que não houve participação dos habitantes da Comarca do Rio das Velhas. Sebe-se, contudo, que quinze anos antes das denúncias da Inconfidência aconteceu a revolta de Curvelo que foi duramente sufocada.

Hércia Dias<sup>15</sup>, ao comparar o mobiliário dos inconfidentes com os dos paulistas do séc. XVII, mostra o quanto ele evoluiu em número, qualidade e variedade. Também dá ênfase ao mobiliário da casa do Pe. Toledo, assim como ao da casa de outro inconfidente, o Coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Ambos habitavam a próspera Comarca do Rio das Mortes, que além de ser a mais extensa das Minas Gerais, em 1821 tinha uma população de 209.664 habitantes, sendo que em 1770 contava com 82.780 habitantes, segundo Cunha Matos.<sup>16</sup>

Lamentavelmente os registros não são uniformes, até porque não eram feitos pelas mesmas pessoas. Os bens do Pe. Rolim foram arrolados no Distrito Diamantino sem avaliação individualizada de cada item. Como no caso do Cônego Vieira, não há registro de casa própria. Seu guarda-roupa era modesto, a acreditar nos Autos. Dois de seus escravos foram listados no seqüestro e "aos mais escravos . . . os ve hoje nas mãos dos irmãos". Entretanto, ele era acusado de contrabandista e tinha bons créditos a receber. Foi o único implicado da Comarca do Serro Frio<sup>17</sup> apesar de as idéias libertárias terem sido bem aceitas na região onde a opressão era das mais intensas.

Abandonando os aspectos gerais dos bens registrados nos Autos, e voltando as vistas para as mais prosaicas das avaliações, vamos indagar se é possível verificar o comportamento dos preços de certas mercadorias nos dois momentos enfocados.

Sendo a idade um fator importante na avaliação dos escravos, é arriscado comparar os preços do plantel do Pe. Toledo com o de Gonçalves. Este tinha escravos jovens, cuja média de preço atingiu 169\$237. A média encontrada para os escravos do Pe. Toledo foi de 66\$428, pois eram mais velhos. E ainda, seus dois escravos mais valorizados atingiram o preço de 140\$000, enquanto o mais valioso escravo de Gonçalves chegou a valor 280\$000.

Em se tratando dos outros objetos, corre-se também o risco de se fazer falsas afirmações, porque não se encontraram objetos que se identificassem rigorosamente. Apesar do que tomou-se como referência alguns deles.

## QUADRO COMPARATIVO

BENS	1740	1789
Uma cavadeira	\$750 (fls. 131v.)	\$150 (p. 342)
Uma chocadeira de cobre	1\$875 (fls. 7)	1\$800 (p. 303)
Um prato de estanho	2\$250 (fls. 6v.)	\$900 (p. 344)
Uma enxada	\$750 (fls. 131v.)	\$300 (p. 343)
Uma sela	5\$250 (fls. 6)	4\$500 (p. 344)
Um baú	2\$250 (fls. 6)	1\$800 (p. 344)
Um cavalo	52\$000 (fls. 8)	40\$000 (p. 340)

Estamos comparando alguns dados de um inventariado e de um seqüestrado. Na primeira coluna (1740) os dados referem-se aos bens de Gonçalves e na segunda (1789) aos bens do Pe. Toledo, à exceção da chocolateira de cobre que pertencia ao Cônego Vieira.

Os preços vão depender da qualidade, do tamanho, do material empregado e principalmente do estado de conservação dos objetos. Nesse caso, especular em torno de uma desvalorização dos bens é pura fantasia. Por outro lado, é excusado tentar uma comparação entre os requintados móveis do Pe. Toledo e os rústicos de Gonçalves ou mesmo os mais modestos do Cônego Vieira.

Finalmente, os três infelizes Inconfidentes foram presos, tiveram seus bens confiscados, sofreram vexamosos interrogatórios nas devassas abertas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, e, após promulgada a sentença, seguiram para Portugal onde foram confinados na Torre de S. Julião da Barra.<sup>18</sup>

Excetuando as despesas com os Inconfidentes, relacionadas no Resumo Geral, Tabela 1, a soma obtida com o seqüestro de seus bens não era desprezível. Inclusive, ao se analisar o documento em anexo, os *Rendimentos dos bens confiscados aos Inconfidentes*<sup>19</sup> pode-se fazer um balanço, para os primeiros anos, do destino dado aos referidos bens.

Os dados da última coluna "*No cofre em depósito*", Tabela 1, se repetem em parte na Tabela 2 dos "*Rendimentos . . .*" A partir de então, verifica-se quais os dispêndios de parte dos rendimentos dos réus em questão: na manutenção dos "**seus**" bens, no pagamento de emolumentos ao juiz, nos serviços para o cumprimento da sentença e na administração municipal.

(Tabelas 2 e 3, p. 43-44)

Cumprê ressaltar o despropósito das despesas relativas a Tiradentes. Para a demolição de sua casa na vila de São José gastou-se 119\$550. E sobretudo, a acreditar nos Autos, foi exorbitante o dispêndio com o transporte de sua cabeça ao Rio de Janeiro, 240\$600. Há certamente um engano no registro, a quantia deve ser de 24\$600, pelos nossos cálculos. Seria a importância de 410\$000 paga ao Pe. Joaquim Pereira de Magalhães uma indenização pela casa a ser demolida, ou pelos bens que lá se encontravam?

Os 5:862\$400 apurados como entrada, isto é, como "**produto de bens**", da venda das utilidades, dos pagamentos de créditos, das rendas de aluguéis, não condizem com os nossos cálculos porque eles mostram uma diferença de 1:328\$564, equivalente a 18,48% do total. Seria apenas um erro contábil? Pela Tabela 2 pode-se verificar que o total de entrada é de 7:190\$984 e não 5:862\$420. Outro erro contábil ocorre na Tabela 3 onde os gastos de 211\$375 do ano de 1796 não foram computados.

Na verdade, eliminadas as despesas em "**obras . . . que se fez**" e "**importância de dívidas de carpinteiro . . .**", cuja soma é de 392\$000, aplicadas irregularmente (a nosso ver), restavam de rendimentos a soma de 4:834\$843.

Esses dados indicam não só pistas a serem percorridas, como também a necessidade de uma leitura mais cuidadosa e sobretudo de uma pesquisa sistemática de documentos, em busca de compreensão deste período que é por um lado importante e, por outro, ainda bastante obscuro.

Em síntese, pretendemos com esse rápido esboço demonstrar as potencialidades desses dois tipos de documentos, guardadas as suas peculiaridades. São documentos ricos e instigantes. E, especialmente, se trabalhados em seu conjunto regional e / ou nacional a História social do Brasil teria fundamentos mais sólidos.

18. "No primeiro semestre de 1803, foi concedido passaporte ao Pe. Roim ao Pe. Manuel Rodrigues da Costa e ao Cô. Luís Vieira da Silva para regresso à pátria. O Pe. José Lopes de Oliveira morreu no cárcere de S. Julião; o vigário Carlos Correa de Toledo, no convento de Lisboa", in: *Autos de Devassa*, op. cit, vol. 3, p. 455.

19. Códice Casa dos Contos DF, nº 1364 (Livro dos Rendimentos desta Capitania), Fis. 157, Arquivo Público Mineiro.

**TABELA 2**

43

**RECURSOS PROVENIENTES DOS BENS DE ALGUNS INCONFIDENTES**

**- 1792 / 98 -**

<b>INCONFIDENTES</b>	<b>1792</b>	<b>1793</b>	<b>1794</b>	<b>1795</b>	<b>1796</b>	<b>1797</b>	<b>1798</b>	<b>TOTAL</b>
Tomás Antônio Gonzaga	322\$717	-	-	-	-	-	108\$255	430\$942
Francisco de Paula Freire	432\$040	-	-	-	-	43\$875	-	475\$915
Joaquim J. Silva Xavier	332\$234	-	-	-	-	-	-	332\$234
Francisco Antônio O. Lopes	7\$695	-	-	-	-	-	-	7\$695
Cláudio Manuel da Costa	636\$385	72\$337	189\$674	599\$674	112\$300	193\$337	350\$194	2:153\$759
Domingos Abreu Vieira	549\$717	-	-	-	-	-	-	549\$717
Pe. José S. Oliveira Rolim	145\$065	-	-	-	-	-	-	145\$065
Inácio J. Alvarenga Peixoto	-	-	-	-	1:267\$577	-	1:729\$340	2:996\$917
Vicente Vieira da Mota	-	-	-	-	-	98\$390	2\$350	98\$740
<b>TOTAL</b>	<b>2:425\$855</b>	<b>72\$337</b>	<b>189\$532</b>	<b>599\$674</b>	<b>1:379\$877</b>	<b>333\$602</b>	<b>2:190\$110</b>	<b>7:190\$984</b>

TABELA 3

DESTINO DOS RECURSOS OBTIDOS COM OS BENS SEQUESTRADOS

- 1792 / 96 -

TIPO DE GASTO	1792	1794	1795	1796	TOTAL
Cumprimento de Sentença	554\$150	-	-	-	554\$150
Manut. dos Bens Seqüestrados	-	648\$352	549\$717	191\$325	1:389\$394
Emolumentos	-	-	-	20\$050	20\$050
Obras Públicas	-	-	392\$550	-	392\$550
TOTAL	554\$150	648\$352	943\$267	211\$375	2:356\$144



